

TERRITORIALIZAÇÃO EM SAÚDE: O USO DO MAPA DE TERRITÓRIO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Maria Eduarda Costa de Almeida, discente de graduação, Universidade Federal do Pampa, Campus Uruguaiana

Maria Eduarda Dornelles de Oliveira, discente de graduação, Universidade Federal do Pampa, Campus Uruguaiana

Carla de Oliveira Michelin, discente de graduação, Universidade Federal do Pampa, Campus Uruguaiana

Bruna Lixinski Zuge, discente de pós-graduação, Universidade Federal de Santa Maria

Jenifer Harter, docente, Universidade Federal do Pampa, Campus Uruguaiana

mariaecda2.aluno@unipampa.edu.br

A atenção primária à saúde (APS) é considerada a principal porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS), sendo o primeiro nível de atenção em saúde, atuando como um centro regulador de comunicação entre toda a rede de atenção à saúde do SUS. Para maior efetividade das ações nos serviços, é necessário um planejamento em saúde, que deve ocorrer por meio de ferramentas que auxiliem no processo de diagnóstico local. Esse, trata-se do conhecimento do território e da realidade em que os sujeitos estão inseridos, bem como de possíveis problemas, demandas e necessidades em saúde que a população a ser atendida apresenta. Destaca-se o uso dos mapas de território, uma das ferramentas que auxiliam no processo de planejamento, que caracteriza-se como a representação gráfica da área de responsabilidade da equipe de saúde, permitindo a visualização e o conhecimento do território, para que dessa forma, os profissionais de saúde possam intervir e contribuir de maneira mais efetiva na saúde dos indivíduos. Ainda, o uso dos mapas permite identificar a incidência e prevalência das doenças transmissíveis, como a Tuberculose (TB), buscando que sua transmissão seja controlada e a incidência na população diminuída. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é evidenciar a existência e a usabilidade do mapa de território na APS no controle e atenção à tuberculose. Trata-se de um estudo do tipo descritivo, de corte transversal, realizado em 2017, nas cidades de Santa Maria, Uruguaiana e Pelotas no Rio Grande do Sul (RS). Foram entrevistados sobre as Unidades Básicas de Saúde (UBS) médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem. O instrumento de pesquisa constituiu em um questionário autoaplicável composto por perguntas fechadas dicotômicas e categóricas, analisadas com estatística descritiva absoluta e relativa. Foram entrevistados 382 profissionais. Desses, quando questionados se a unidade possuía o mapeamento das áreas e microáreas de atuação disponíveis na unidade, 242 (63,4%) responderam que dispõem do mapa na unidade. Tratando-se das unidades que possuíam mapa, 133 (54,9%) profissionais responderam que este

ilustrava as zonas de risco ou vulnerabilidade social da população. A identificação de zonas mais vulneráveis com seus principais fatores de risco, contribui para que a equipe de saúde possa atuar buscando identificar os sintomáticos respiratórios, monitorar os contatos e direcionar as ações para as pessoas em acompanhamento e tratamento para TB e outras demandas de saúde. Porém, das unidades que possuíam o mapa, 141 (58,2%) dos profissionais informaram que este não pontuava os casos de agravos de saúde e 186 (76%) referiram que os casos de tuberculose não estavam identificados no mapa de áreas e microáreas. Nesse sentido, faz-se essencial identificar os agravos de saúde, buscando traçar um perfil epidemiológico do território detalhado e preciso, para que dessa forma ocorra o acompanhamento da evolução desses agravos. Os resultados mostram um percentual significativo de unidades que utilizam os mapas de território como uma ferramenta para o planejamento e gestão de saúde, sendo a maioria em zonas de risco ou vulnerabilidade social. Contudo, observaram-se unidades que, mesmo com a existência da ferramenta, não demonstraram utilizá-la, tal fato colabora com a dificuldade de identificação dos casos de TB e agravos nas áreas e microáreas. A falta de identificação dos casos de TB pode indicar uma realização insuficiente de busca ativa na comunidade, o que conseqüentemente ocasiona baixas testagens diagnósticas e aumento da transmissão familiar e comunitária. Dessa forma, mapear e monitorar as zonas mais vulneráveis e os principais fatores de risco, permite aos profissionais realizarem ações de detecção de casos de TB e agravos de saúde, de maneira a traçar um perfil epidemiológico do território, e assim acompanhar a evolução dos agravos, obtendo um controle epidemiológico mais eficiente. Por fim, conclui-se que o uso de mapa de território na APS é de suma importância, uma vez que permite às equipes de saúde conhecerem o perfil epidemiológico e demográfico, as características culturais, sociais e econômicas dos indivíduos pertencentes ao território. Apropriar-se dessas informações proporciona o estabelecimento de vínculo, definição de prioridades, elaboração de um plano de ação apropriado e atuação junto à comunidade.

Agradecimentos: UNIPAMPA.

Palavras-chave: Atenção primária à Saúde; Tuberculose; Mapa de território; Territorialização